

A curta trajetória da Célula Pelotas da Ação Popular a partir de algumas notas sobre a Operação Fronteira

Darlise Gonçalves de Gonçalves¹

Da cruz nasce a revolução: Breves apontamentos sobre o surgimento da Ação Popular²

Nascida em 1962 a partir do trabalho de quadros ligados a movimentos leigos da Igreja Católica (Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica - JIC, Juventude Operária Católica - JOC, Juventude Universitária Católica - JUC), a AP adotou o referencial teórico apoiado no “socialismo humanista”, postura que foi sofrendo algumas alterações ao longo de sua trajetória. Entretanto, nunca houve uma completa desvinculação de suas origens cristãs, aspecto que continuou pautando suas atividades nos anos seguintes.

Ainda durante o governo Goulart, a AP apoiou o projeto de reformas de base, mesmo que tecendo severas críticas a sua condução. Seus quadros também exerceram atividades voltadas para o campo educacional, como o Movimento de Educação de Base, que foi uma parceria entre a AP e o Ministério da Educação voltada para a alfabetização de comunidades camponesas. O grupo também participou do projeto de alfabetização denominado Pedagogia do Oprimido, que era desenvolvido por Paulo Freire. E, ainda durante o breve governo de Jango, os representantes dessa entidade ocuparam por três anos consecutivos a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Dias³, a vinculação dos representantes da AP a projetos que almejavam profundas transformações no país “foi uma tentativa de formação de um incipiente grupo de intelectuais orgânicos que poderiam, em certo prazo, ter se tornado os representantes da classe trabalhadora no país”⁴.

Ainda segundo a autora, embora a AP Nacional tenha passado por uma série de rupturas e cisões durante sua existência, dois momentos podem ser apontados enquanto chaves para a compreensão de sua trajetória. O primeiro deles foi o Golpe de 1964, que fez com que o grupo elegesse a via de enfrentamento não armado à ditadura militar. O segundo ponto de clivagem para a organização foi a decretação do AI-5 em 1968; a partir daí, diante do fechamento de toda e qualquer via de contestação legal à ditadura, a AP passou a adotar enquanto referencial teórico, de

1 Doutoranda e Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas. Investigação financiada pela CAPES.

2 Esse artigo é a ampliação de uma das discussões do capítulo três da dissertação da autora. GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. *Acolhei aos perseguidos: As redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

3 DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972*. 2011. 194f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa De Pós-graduação Em História, Universidade de Passo Fundo.

4 Idem. p.34.

maneira definitiva, o marxismo-leninismo a partir da vertente maoísta, o que fez com que mesmo diante deste fechamento a AP mantivesse sua posição de enfrentamento não armado. Nesse período, a organização optou por intensificar seu movimento de integração na produção⁵, que havia sido iniciado em 1967 e massificado a partir de 1969⁶. Tal medida fez com que aumentasse a rotatividade de seus membros pelo país; assim diante das sucessivas transferências se tornaria mais difícil o mapeamento dos órgãos repressivos⁷.

A AP no Rio Grande do Sul e a Operação Fronteira

A AP gaúcha teve por sua base de formação militantes ligados ao meio estudantil, sobretudo aqueles que estavam na JEC e na JUC. Suas atividades, de 1962 até o Golpe de 1964, se desenvolveram conjuntamente com outros dois grupos de esquerda (os comunistas e os independentes) que no Rio Grande do Sul formavam a Frente Única, responsável por dirigir o movimento estudantil no estado durante aquele período. Majoritariamente as atividades da AP estavam concentradas na capital do estado, entretanto houve ações organizadas pelo interior. Fator esse que fez com que a AP estadual se diferenciasse da conduta de atuação da AP Nacional.

A segunda fase de atuação da AP gaúcha teve início com o Golpe de 1964, quando a organização foi varrida da vida estudantil do estado, o que fez com que diante das constantes perseguições muitos militantes se afastassem da AP logo após o Golpe. Outra parte de seus integrantes continuou, de maneira clandestina, buscando alcançar novas formas de oposição diante do cenário que se apresentava. Nesse período foram organizadas campanhas do voto nulo e a AP passou a desenvolver ações políticas junto ao operariado em Porto Alegre.

A terceira fase da AP gaúcha tem início em meados de 1969, logo após o AI-5 causar inúmeras baixas nos quadros da AP estadual. Nesse período, vieram para o Rio Grande do Sul militantes do estado de São Paulo, com o objetivo de reestruturar a organização por essas bandas. Nesse ano, também foi intensificado o movimento de integração na produção alinhando os trabalhos da unidade estadual com as diretrizes do comando nacional para as muitas “APs” espalhadas pelo país. Entretanto, as bases

5 De acordo com Santana, que pesquisou a trajetória da AP na Bahia, o processo de integração na produção se deu: “Com a escolha do maoísmo como estratégia revolucionária, [...]. Inspirada nessa experiência, a AP colocou em prática a integração que inicialmente tinha como objetivo único a transformação ideológica dos seus quadros oriundos da pequena burguesia, os quais deveriam superar os seus limites de classe através do trabalho produtivo no campo e nas fábricas e por meio do contato com as massas.” SANTANA, C. S. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 134f. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. p.161.

6 OLIVEIRA, Cleverton Luís Ferreira. de. *A ação popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

7 DIAS, op. cit., 2011.

de formação da AP continuavam as mesmas. Segundo Dias, durante essa terceira fase “a maior parte dos militantes, cerca de 50% do total, atuava no movimento estudantil universitário e secundarista, enquanto o restante dos integrantes realizava atividades no setor de coordenação de operários, da pequena burguesia ou na operação *fronteira*”⁸.

A AP teve significativa atuação no Rio Grande do Sul até o começo dos anos 1970, quando passou a sofrer sucessivas baixas e logo foi desmantelada pela repressão, em 1972. Nos anos finais de sua existência, meados de 1960 a 1972, a AP organizou uma “Operação Fronteira” para a retirada do país de seus quadros “queimados”, que denota a importância da AP gaúcha para a manutenção da nacional, que nesse contexto “*estruturou um esquema que foi responsável pela passagem, em segurança, de vários militantes da organização para fora do país através da região de fronteira*”⁹. Em um primeiro momento, a principal rota da AP era Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), entretanto com as sucessivas quedas na referida fronteira, e com a atenção que esta ganhou após ser descoberto o esquema dos dominicanos¹⁰, foi necessário que se buscassem novas rotas. Foi nesse cenário que a célula Pelotas da organização começou a ampliar o seu protagonismo, conforme aponta Alceu Salamoni, um de seus dirigentes na região.

DGG- E Santana do Livramento estava visada já?

A.S- Claro, já vinha tudo para cá, o sul do estado e outras áreas do estado [...] mas é aqui a fronteira, então vinham uns caras de São Paulo, vinham caras que a gente nem conhecia! Mas a gente fazia assim, a gente era um elo e tinha um esquema de confiança no elo, no articulador esse de Porto Alegre, ele vinha com tudo certo e tinha certas missões: “olha, nós vamos ter que passar alguém, não sei quando é que vem, mas ele vai vir por tal senha, vocês vão ter que dar um jeito aqui, nem que armazene, segure ele sete, oito dias aqui, quinze dias escondido, e vê o momento para poder passar”... Esse era o momento complicado!¹¹.

A AP era um dos grupos mais bem preparados em termos técnicos de segurança, em função da fragmentação dos trabalhos, e logo o conhecimento limitado que cada um tinha a respeito das atividades do grupo: “a gente era um elo e tinha um esquema de confiança no elo, no articulador esse de Porto Alegre, ele vinha com tudo certo”¹². Nenhum militante sabia mais que o essencial. E isso era de conhecimento dos órgãos de segurança, que desde 1966 vinham estudando minuciosamente a AP no estado, produzindo inclusive relatórios que instruíam seus agentes em relação ao alto nível intelectual e organizacional dos membros da AP, orientando-os a adotar determinados critérios durante a condução de interrogatórios com membros desse grupo:

8 DIAS, op. cit., p.185-186.

9 Idem. p.187.

10 Sobre esse tema recomenda-se a leitura de BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

11 Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

12 Idem.

É evidente a atuação dos órgãos de repressão sobre a AP, no Rio Grande do Sul, através do relatório produzido pela Secretaria de Segurança Pública, que orientava os delegados regionais a adotarem determinados critérios de interrogação dos militantes do grupo. O documento informava que os dados a que um militante tinha acesso estavam restritos à função que ele desempenhava na AP e, em virtude disso, tornava-se necessário conhecer o setor de atuação de determinada pessoa para depois interrogá-la sobre suas ações políticas. Os setores em que a AP se dividia nesse período eram: Célula, Núcleo de Base, Comando Seccional, Comando de Zona e Comando Nacional¹³.

O estado do Rio Grande do Sul fazia parte do Comitê Seccional R2, ao qual também pertenciam os estados de Santa Catarina e Paraná. Era o estado com maior número de militantes da R2, e uma das hipóteses para esse elevado número de indivíduos é a posição geográfica do estado que viabilizou o funcionamento da Operação Fronteira na região. No que diz respeito às medidas de segurança tomadas pela AP, a militante Nilce Azevedo Cardoso, responsável pelo setor de serviços da organização, relembra que:

A dirigente nacional responsável pela segurança me informou o seguinte: “você tem que agir dessa forma e não pode falar nada a respeito das suas atividades! Você irá aos lugares e depois vai apagar o endereço da memória e, também, esquecer as pessoas com quem teve contato”! Então, se você encontrar com alguém não vai dizer quem você é, nem o que está fazendo! No início do treinamento, ela também falava: “você não pode chegar atrasada a um local, isso não é admissível! Nunca se chega atrasada num ponto e, no máximo, forneça três minutos de tolerância para o outro militante”. Então, eu tinha que entrar no primeiro minuto, esperar mais dois e depois ir embora [...]”¹⁴.

O setor ocupado por Nilce era um dos mais importantes da AP, dependia dela todo o funcionamento da rede, pois era a responsável por estabelecer contato com o comando Nacional da organização, possuía todo o esquema de codificação da AP, a localização dos aparelhos, também, era sua responsabilidade estabelecer os pontos de contato entre os membros e, além disso, Nilce tinha a incumbência de dirigir os trabalhos da organização junto ao setor operário. Outros, igualmente chaves para a continuidade dos trabalhos da AP, foram: Antonio Ramos Gomes, responsável pela direção estadual e pelo setor de pequena burguesia, e Paulo Loguercio, coordenador do setor estudantil. Também era tarefa de Loguercio a responsabilidade de estabelecer contato entre a direção estadual e o núcleo em Pelotas.

Pelotas¹⁵ e Santa Maria eram as principais bases da organização no interior do estado; segundo Gomes, juntos somavam cerca de trinta pessoas. O coordenador

13 DIAS, op. cit., p.129-130.

14 CARDOSO, 2010. Apud. DIAS, op. cit., 2011. p. 43.

15 A trajetória da AP Pelotas faz parte das pesquisas desenvolvidas por Marília Brandão Amaro da Silveira, destacamos aqui sua dissertação de mestrado “Ditadura civil militar na

do núcleo em Pelotas era Alceu Salamoni¹⁶, que nos concedeu a entrevista juntamente com seu antigo companheiro de militância, Antonio Voltan:

A.S- Em 1967 eu cheguei em Pelotas, eu estava em Porto Alegre, nós nem estávamos ainda organizados. Foi em 1968 que o núcleo se organizou mesmo! Aqui, era política estudantil e até 1967 não estava...

A.V- Sim! Dentro do ginásio já tinha a JUC...

A.S- É, por que quando é que endureceu? Endureceu com a saída do Costa e Silva e a entrada do Médici [...] que foi o movimento de meia oito.

A.V- Aí sim! Aí começou!

A.S- Aí foi que o troço pegou, aí a gente teve que se organizar, porque até ali a gente fazia coisas, a esquerda estava até com um pouco de espaço pra fazer alguma coisa aí que endureceu [...]¹⁷.

Durante nossa entrevista não buscamos aprofundar as atividades da AP na região, mesmo porque nosso foco era a Operação Fronteira, entretanto se faz importante trazermos para a discussão outros pontos para que possamos entender a dimensão do trabalho da organização na região.

A.S- Não dá para dizer que tinha relação com as cidades vizinhas integrada a AP?

A.V- A gente conhecia gente que era oposição e que às vezes topavam...

A.S- eu lembro que teve o desafio de tentar botar cara no interior, a gente nunca conseguiu, era difícil. [...] a célula era um núcleo básico de reunir quatro ou cinco pessoas responsáveis por uma zona. Mas aí depende se era para uma zona, se era pra uma cidade ou se era pra uma região [...] depende de gente que tu conseguisses reunir. Nós aqui, por exemplo, tínhamos o nosso grupo que eram quatro ou cinco pessoas responsáveis pela atividade aqui na região e a ideia era reproduzir as células, mas esse era um desafio, e tu tinha o comando regional de Porto Alegre, estadual!

A.V- Aqui tinha alguns que são simpatizantes, pedia para fazer alguma coisa, faziam! Que não fosse uma coisa muito aah! E, às vezes, dinheiro nos davam...

A.S- Ah sim! Porque tu tinhas um sistema de arrecadar algum fundo porque as atividades tinham um custo [...] o que a gente chama de simpatizantes, os caras sabiam que tu tava em alguma atividade clandestina, mas nem sabiam que era a AP...

A.V- Alguns até sabiam¹⁸.

região sul gaúcha: Militâncias e rotas de exílio”, defendida no ano de 2014 junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPel.

16 Como mencionamos anteriormente havia uma estratificação setorial na AP. Diante disso o próprio Alceu em entrevista à autora relatou ser Voltan o chefe da Célula Pelotas e em nenhum momento chamou para si o protagonismo da direção do Núcleo regional. Diante disso, o fato de Antonio Ramos Gomes ter o apontado como o dirigente pode ter sido um lapso de memória durante sua narrativa.

17 Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

18 Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

Tomando o levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública sobre as atividades da APML do B no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1972,¹⁹ podemos visualizar melhor esse cenário descrito por nossos entrevistados²⁰.

Lista de militantes da AP ligados a Célula Pelotas	
Alceu Salamoni	1970: passou a militar na Célula Pelotas 1971: fez a campanha do voto nulo; estava encarregado pelo coordenador da célula para discutir com os profissionais liberais, principalmente professores da Universidade Católica; ajudou a fabricar e distribuir panfletos contrários à ditadura; e contribuía com cinquenta cruzeiros mensais para a AP. Detido em 04/05/1972 e liberado em 07/06/1972.
Amilcar Gigante	Simpatizante, contribuía com cem cruzeiros para a AP Pelotas.
Antonio Camelato Voltan	1970: passou a militar na Célula Pelotas; fez a campanha do Voto Nulo. 1971: substituiu José Antonio Fonseca (Tomaz) na coordenação da célula Pelotas; contribuía com 40 cruzeiros mensais para a AP. Detido em 25/04/1972 e liberado em 14/06/1972.
Egon Krakhecke	1966: pertencia ao diretório acadêmico da Faculdade de Agronomia de Pelotas, e participou, em virtude disso, da campanha do “Voto Nulo”; 1969: entrou para a AP; contribuía com 100 cruzeiros para a organização. Detido em 25/04/1972 e liberado em 02/06/1972.
Gildásio Westin Consenza/Cosenza	Em 1972 veio de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas.
José Antonio Fonseca	1969: foi indicado para a organização por Irajá Souza Lopes (natural de Pelotas) membro do Comando Regional 1. 1970: passou a militar na AP, realizou panfletagens e pichamentos contrários a ditadura. 1971: era coordenador da Célula Pelotas, foi para Porto

19 No referido documento são relacionados indivíduos que possuem alguma espécie de relação com a organização. São listados mais de sessenta nomes entre militantes pertencentes ao quadro orgânico da AP no Rio Grande do Sul, simpatizantes e militantes de outros estados que usufruíram da Operação Fronteira. Além de seus nomes o relatório apresenta um breve histórico a respeito de cada um dos indivíduos mencionados.

20 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

	Alegre no final do ano; contribuía com 40 cruzeiros para a AP. Detido em 17/04/1972 e liberado em 02/06/1972.
José Augusto Fidelis Sarno	1969: membro do comando Região 2. 1971: foi a Pelotas a fim de levar informe político da situação nacional e internacional. Detido em 14/04/1972 e liberado em 21/07/1972.
Paulo de Tarso Loguércio Vieira	Com a vinda de Rubem Leal (Ivam), dirigente da R2, para o Rio Grande do Sul, Loguércio ficou encarregado do Setor Estudantil e do Trabalho de fronteira; era assistente da Célula Pelotas. Detido em 12/04/1972 e liberado em 29/06/1972.
Terezinha de Jesus Pereira Burmeister	1968: militou na Célula Pelotas.

Tabela 1: Elaborada pela autora a partir do documento intitulado "Atividades da APMLdoB no Rio Grande do Sul". Disponível em: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/ SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

Como podemos perceber a partir do cruzamento das falas dos nossos colaboradores com o documento produzido pela inteligência da Secretaria de Segurança Pública, o grupo atuante em Pelotas era extremamente pequeno. Algumas informações presentes no documento não condizem com aquilo colocado pelos colaboradores, como, por exemplo, o princípio da organização da célula que teria sido em 1968 e não em 1970, como aponta o relatório. É interessante observarmos, também, a existência de simpatizantes, como é o caso do senhor Amílcar Gigante. Outro indivíduo que vai aparecer no decorrer do relatório é Maneco, natural de Pelotas e vinculado ao esquema de fronteira da AP em Livramento. Entretanto ao que tudo indica, com base nos estudos de Silveira²¹, Maneco era militante do PCdoB e não da AP, e esteve sim envolvido nas Travessias²² por essas fronteiras. Isso vai ao encontro do relato dos nossos colaboradores, Antonio e Alceu, a respeito da existência de ações conjuntas com o PC na região:

A.S- Porque uns caras vinham assim e passavam, tem uns que dizem “Olha o Serra passou por aqui”, dizem! Dizem! [...] porque não era só nós, tinha

21 Op. cit. 2014 e SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. 2010. A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas. Trabalho de conclusão do curso Universidade Federal de Pelotas Instituto de Ciências Humanas Departamento de História e Antropologia Faculdade de Licenciatura em História.

22 Em nossos estudos adotamos a grafia do termo Travessia com sua inicial em maiúscula por se tratar de um conceito que está para além do simples ato de transpor fronteiras geográficas ou políticas dada a complexidade do planejamento que demandava essa atividade, visando então diferenciá-lo do termo travessia que se refere à ação de atravessar algo ou alguém de um ponto a outro. Desta forma, propomos evidenciar a complexidade da teia de relações que se forjam durante a atividade de passada que é motivada por questões políticas. Uma discussão mais detalhada sobre esse conceito pode ser observada em Gonçalves (2022).

muita gente fazendo isso, porque as organizações [...] cada um tinha o seu esquema!

DGG- Vocês trabalhavam em conjunto com alguma outra organização?

A.V- Às vezes, com pessoas...

A.S- Às vezes, com alguém do Partidão [...] tinha alguns caras, mas também não conseguia porque um não abria pro outro! Também era muito difícil... Porque nos trabalhávamos com codinome, ninguém se conhecia pelo nome, nessas relações. [...] era muito primária a coisa, primário no sentido assim, não tinha estrutura, pessoal... Era de quatro ou cinco pessoas, só que incomodava tanto a ditadura [risos] [...] ²³.

Diante disso, mesmo que essas parcerias se dessem de maneira esporádica, podem ter levado os órgãos de informação a cometer equívocos. Por outro lado, em 1973 a AP “rachou” por completo e boa parte de seus membros se integraram ao PCdoB, movimentação essa que já vinha sendo experienciada há algum tempo, e que faz com que Maneco possa ter sido não parte de um setor de apoio da AP, mas sim um de seus militantes orgânicos que durante as constantes redefinições da linha doutrinária da AP acabou migrando para a corrente pecebista ²⁴.

Outro ponto que chama atenção é a existência de apenas uma mulher indicada no documento e a total falta de maiores dados a respeito da mesma. Devemos destacar também que uma das formas encontradas pela AP para preservar seus membros era a rotatividade destes, assim José Antonio Fonseca é enviado para Porto Alegre em 1971 e assume seu lugar na coordenação dos trabalhos da AP Pelotas, Antonio Voltan. Após esse momento ambos só se reencontram no DOPS, quando são colocados frente a frente para averiguações.

A.V- Aí me levaram para Porto Alegre, no meio da estrada paravam: “caminha aí que agora nós vamos atirar”, não sei o que e tal [...]. Aí, no outro dia começaram o interrogatório. E eu vi que já estavam todos que a gente tinha contato, já estavam quase todos presos lá. Aí me botaram com dois, um que vinha aqui fazer passagem e outro que tinha estado aqui, o Fonseca, ele era padre, mas não era da igreja católica, como é que é...

A.S- Era da igreja evangélica, o reverendo da igreja evangélica.

A.V- [...] e eles começaram a apertar com o Fonseca, [...]

A.V- O contato era, como que era?

23 Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

24 Após a decretação do AI-5 em 1968 a AP começa a sofrer um processo de luta interna para decidir a orientação a ser assumida no que se refere aos rumos da resistência à ditadura. De um lado a corrente que se aproximava do maoísmo chinês e do outro aqueles que defendiam a luta armada. Este segundo grupo deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), já o primeiro passou a aproximar-se cada vez mais do Pcdob dando origem em 1971 a um novo partido: Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML). No ano de 1973 o comitê central da AP-ML decidiu pela incorporação do partido às fileiras do PCdoB, entretanto essa decisão não foi unanime e os contrários procuraram manter viva a AP-ML. Uma síntese da trajetória da AP pode ser encontrada em Lima e Arantes (1984) e Gorender (1990).

A.S- O Paulinho [Paulo Loguércio]

A.V- Ele botou os três ali e daí começaram, [...]

A.V- E aí chegou o ponto que davam choque e davam choque, e aí ele me disse, o Paulo Guedes²⁵, “eu não aguento mais, vou ter que abrir” e eu disse te acalma, até que gritei “PARA COM ESSAS PORCARIAS, OH FILHO DA P*t@!” [...] “bota nele lá” aí botaram o negócio que era para três em um, e começamos a cair no chão que nem os outros. [...]

É interessante perceber como as quedas na AP aconteceram como em um jogo de dominós, foi preciso o DOPS prender sua coordenação em Porto Alegre: Nilce e Antonio foram presos em 11 de abril de 1972; Loguércio que também era responsável pelo contato com Pelotas foi detido em 12 de abril de 1972; o militante José Augusto, que havia coberto um ponto em Pelotas no ano anterior, foi detido em 14 de abril; e Fonseca, que fora enviado para Porto Alegre após a vinda de Jose Augusto, caiu em 17 de abril. Todos eles possuíam algum conhecimento a respeito da região de fronteira, não levou muito tempo e os homens de Ervelha²⁶ estavam com Antonio e Alceu, detidos em 25 de abril e 4 de maio respectivamente.

Ao narrarem suas quedas, nossos colaboradores destacam a importância do esquema de segurança e as falhas presentes nele:

O que valia era a confiança das senhas, a gente nem conhecia o cara, claro que a gente sabia que esse processo poderia ser rompido pelo esquema da repressão [...] no momento que eles conseguissem pegar um dos nossos e forçar a barra para que o cara dissesse a senha, vinha outro no lugar dele e descobria o esquema. Por que qual era o desafio deles? Era saber quem é que estava envolvido aqui [...] fundamentalmente era isso, né Voltan? O que que faziam? Como faziam? E quem eram? Pra poder prender, quando eles nos prenderam eles estavam com quase tudo mapeado. [...] porque a gente não tinha, os movimentos da época um dos grandes problemas era a comunicação, porque tu tinhas que ter pombo-correio e tinha que ser gente da organização, não podia ser alguém de fora porque se não entregava todo grupo [...] porque nós quando nós fomos presos, já tinham prendido toda a nossa organização, a cúpula toda já estava presa em Porto Alegre [...] e o alto escalão dela em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, já estavam presos, mas nós não sabíamos, entende? Por isso que veio esse cara, eles sabiam que tinha um esquema em Pelotas, mas não sabiam onde é que estava o esquema²⁷.

Voltan foi preso ao cobrir um ponto falso armado pelo DOPS, onde o agente apresentou a senha utilizada para as Travessias. Após o completo desmantelamento da AP em 1972 ainda houve uma modesta tentativa de rearticulação da mesma. Entretanto, tudo se tornou mais difícil, especialmente para os rapazes que ficaram marcados enquanto “comunistas”:

25 Em outro ponto da entrevista nossos colaboradores identificam o contato como Paulo Loguércio, o mesmo indivíduo consta na lista de membros da AP elaborada pela SSP.

26 Inspetor de polícia do DOPS no Rio Grande do Sul de 1970 e 1972.

27 Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

Cada um de nós sabia que podia perder tudo o que tinha, podia perder o emprego, como de fato eu perdi e tu [Antonio] também perdeu, fui demitido e a motivação foi uma motivação política [...]. Tudo com muita dificuldade, tu queria fazer uma reunião com o grupo e era uma briga, tinha que fazer um dia num lugar, um dia no outro, porque se os caras chegassem prendiam todo mundo [...] a gente era marcado, “olha aí o comuna”, “o comuna!” [...]”²⁸.

Apesar do efeito dominó que sofreu a organização, devemos destacar que devido a sua estruturação compartimentada, muito de seu esquema foi preservado. Isso porque somente o setor de Serviços sabia das rotas exatas utilizadas para a Operação Fronteira. Em entrevista a Dias, Nilce Cardoso, responsável pelo setor de serviços e logo pela estruturação das rotas, fez um balanço da atividade:

“Todos os militantes que chegaram até nossas mãos conseguiram passar pela fronteira. O fato de nenhum deles ter “caído” durante a Travessia, pois se caísse teria dito de onde veio, mas como eram sempre pessoas importantes para a organização, nós sabíamos que devíamos ter uma extrema segurança com eles. Então, a gente não colocava o pessoal em risco, pois eles iam com algum simpatizante, que não sabia muita coisa sobre suas atividades políticas. Então, se o simpatizante caísse ao passar pela fronteira, não saberia informar aos policiais quem era o militante que estava saindo do país, de onde ele vinha, nem para onde ele ia! Enfim, se caísse ele não diria nada. (...)! Mais tarde, quando os policiais do DOPS me perguntaram sobre o trabalho de fronteira, eu desconversei, eu disse não sei o que {sic} e depois “ah um ou outro”²⁹.

A tabela a seguir, também elaborada com base no estudo realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, apresenta os elementos vinculados à Operação Fronteira da AP. Devemos frisar que tal documento foi produzido após as sucessivas quedas sofridas pela organização, e, também, que em nenhum momento ele especifica qual a fronteira utilizada tanto para as entradas quanto para as saídas do país.

Operação Fronteira

Nome	Suposta posição na organização	Ano da Travessia
Alduízio Moreira de Souza	Membro do comando regional R1. Natural de Minas Gerais	1970 (foragido)
Arnoud de Holanda Cavalcante	Membro da seção denominada Canudos. Natural de Fortaleza	1971 (foragido)
Maria Lucia Jaime	Natural de Goiás.	Primeiro semestre de 1971 (foragida)

28 Idem.

29 CARDOSO, 2010. apud. Dias, op. cit., p.176.

Rui Lemos Schmidt		Primeiro semestre de 1971
Ernesto de Melo Levi	Viajou para o Uruguai com a finalidade de articular a Operação Fronteira.	1969 (foragido)
Gildásio Westin Cosenza	Em 1972 veio de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas. (foragido)	1971 passou pela fronteira e foi a Montevideu falar com Levi (Garcia)
Hélio Corbeline (Cabral)	1970 passou a ser simpatizante da AP	“ainda quando vivia na clandestinidade, Hélio Corbeline foi o responsável por trazer de volta ao Brasil, através da cidade gaúcha de Jaguarão, na fronteira, o líder Nacional da AP, Herbert de Souza, o Betinho” que estava no Uruguai (MITCHELL, 2007, p.2010) ³⁰ .
José Carlos Novaes da Mata Machado	Em 1970 foi quem fez contato entre Paulo de Tarso Loguercio Vieira com Ernesto de Melo Levi, a fim que fosse organizado o esquema de fronteira.	
Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho (Maneco)	Natural de Pelotas, foi apontado por Ernesto de Melo Levi em 1971 para fazer parte do esquema de fronteira.	Seria o contato em Rivera (foragido)
Paulo de Tarso Loguercio Vieira	Com a vinda de Rubem Leal (Ivam) para o Rio Grande do Sul, Loguercio ficou encarregado do Setor Estudantil e do Trabalho de fronteira; era assistente da Célula Pelotas.	
Sérgius Gonzaga	Simpatizante: Recebia a correspondência de Maneco, oriundas do Uruguai, destinadas a Loguercio (Eduardo).	
Jair Ferreira de Sá	Membro fundador da AP, fazia parte do comitê central da organização	Em 1970 passou pelo esquema de fronteira com destino ao centro

30 Essa é a única informação que não foi extraída do dossiê sobre a APMLdoB.

		do país após realizar estudos marxistas na China
Manoel da Conceição Santos		Em 1970 passou pelo esquema de fronteira com destino ao centro do país após realizar estudos marxistas na China
Paulo Stuart Wright	Natural de Santa Catarina, esteve no Rio Grande do Sul em 1970 a fim de orientar a campanha do Voto Nulo	Em 1970 passou pelo esquema de fronteira com destino ao centro do país após realizar estudos marxistas na China
Rui Razão Soares		Em 1970 passou pelo esquema de fronteira com destino ao centro do país após realizar estudos marxistas na China
Luiz Carlos Paz Santana	Natural de Livramento, local para o qual retornou no início de 1972	

Tabela 2: Tabela elaborada pela autora. Os quatro primeiros indivíduos mencionados no quadro acima deixaram o país fazendo uso da Operação Fronteira, os sete citados na sequência operavam o esquema, os quatro seguintes fizeram uso desta para regressar ao Brasil e o último nome citado residia na fronteira e pode ou não ter tido participação na referida operação.

Devemos destacar que em nenhum momento Antonio e Alceu são vinculados ao esquema de fronteira da AP, embora a SSP possuísse indicativos da tentativa de rearticulação da rota após as prisões da Célula Pelotas. Na visão dos órgãos da repressão, a Operação Fronteira foi articulada da seguinte maneira: Ernesto de Melo Levi teria viajado para o Uruguai em 1969, e lá teria se fixado com a finalidade de articular a Operação Fronteira. O passo seguinte foi a visita de Gildásio Westin Cosenza em 1971 a Montevideu, onde teria estabelecido contato com Levi. E em 1972, após a queda da Célula Pelotas, Gildásio foi enviado de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas. Entretanto, todos os mapeados pela SSP que passaram pelo esquema de fronteira da AP o fizeram antes de 1972.

Questionamos nossos colaboradores sobre a recorrência das Travessias a partir da cidade de Pelotas e o período que teriam desenvolvido tal atividade. Eles nos disseram ter atuado nas Travessias de 1968 até 1972 quando foram presos, e completaram:

Mas é que às vezes fica meio por traz assim, aquela imagem que era uma rota que passava um atrás do outro, não. Não, era! Também era muito raro! Porque quem é que passava? Quem tava ameaçado de ser preso e, porque já

tinham descoberto o cara lá por São Paulo ou Porto Alegre e tinha que “se arrancar”! Porque ia ser preso de uma hora pra outra, então esses vinham... Como do outro lado, no Uruguai, não tava numa ditadura ainda dava, ne... Então como que era a passagem? Ou ali [Jaguarão] ou Santa Vitória, mas Santa Vitória era muito arriscado ir até lá, aqui [Jaguarão] era mais próximo. Tu percorrias muito tempo dentro do BR até Santa Vitoria, embora em Santa Vitória a passagem era até melhor porque não tem rio, não tem nada que aqui [Jaguarão] tinha o rio né, tinha a ponte, e a passagem era na ponte, porque era a ponte só!³¹.

Algumas questões mencionadas pelo colaborador são de extrema importância e merecem ser pontuadas: a primeira delas é a posição geográfica de região. Diante disso, devemos levar em consideração quais são as vias de acesso ao Uruguai pela fronteira sul do Brasil: Santa Vitória do Palmar, território que na época compreendia também o atual município do Chuí, e Jaguarão. Cidades populacionalmente pequenas, dotadas de hábitos interioranos e que por sua localização demandariam uma viagem mais longa, processo que poderia ser facilitado com o auxílio de uma rede local conhecedora da região. Ao mesmo tempo, deviam ser levados em conta os prós e contras de cada rota, as condições de passagem e os postos de controle das autoridades de segurança dispostos pelo caminho, se o caminho até Santa Vitória era longo por passar muito tempo pela Rodovia Federal BR-116, ao mesmo tempo, em Jaguarão se tinha que obrigatoriamente passar pela aduana, o que, por sua vez, aumentava os riscos.

Em outro ponto da entrevista, eles também destacam que por se tratar de um grupo pequeno e que não residia diretamente na fronteira se tornava mais difícil montar o esquema de segurança para as Travessias, que foram se tornando cada vez mais perigosas conforme o cerco se fechava em torno da AP. Também mencionam a importância de se contar com a solidariedade de amigos e conhecidos que residiam nas fronteiras:

A.S- Com algum esquema chegava lá, alguém lá que ajeitava pra passar junto, alguém meio conhecido, ou arriscava num horário meio assim...

DGG- E as pessoas iam sempre com essa orientação, quem procurar? Onde procurar?

A.S- Não, porque depende quem vinha, por exemplo, vinha gente que era militante da AP, então vamos botar, quem é que vinha? Os militantes da AP tinham que fazer contato conosco por senha, porque a gente tinha o sistema de senha, o cara chegava e pra tu atender só por senha. E aqui ficava, eu lembro que um cara ficou um tempo aqui em Pelotas, ficou uma semana por ali o cara [...] ficou por ali porque não tinha chance de passar, antes inclusive, um pouco antes, da nossa prisão. [...] É porque tava muito perigoso lá, porque tava muito cercado, a gente sabia, olha, ‘os cara tão em cima, tão cuidando’! Então tu não ias arriscar, ficava aqui e ficava escondido também, não podia aparecer em Pelotas.

31 Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan, na cidade de Pelotas em 2018.

DGG- E de lá alguém avisava vocês, olha a barra tá pesada aqui, não dá pra mandar ninguém?

A.S- É, é tinha sempre gente, alguém de lá ou informantes, pessoas que faziam alguma comunicação. [...] mas o problema era que tu tinhas que dar um jeito do cara chegar até Santa Vitória que era um percurso complicado. Arriscava ir de ônibus? Vamos arriscar ir de ônibus, porque também não tinha, tu tem que te dar conta assim, nós não tínhamos telefone, isso não existia, contato...³².

Nilce Cardoso, em entrevista a Dias, destacou que a região de Pelotas não fora a base fundamental para a articulação da Operação Fronteira. Frisou, também, que não existiu no estado uma única rota, e que o caminho seguido dependia exclusivamente da disponibilidade de pessoal para receber e orientar o passageiro: *“em muitas ocasiões, a travessia pela fronteira não era acompanhada por militantes da organização, mas por alguém que fazia parte da rede de simpatizantes da AP e o nosso trabalho nessas circunstâncias, era delegar a tarefa para essas pessoas e elas faziam a passagem”*³³. Já Antonia Mara Vieira Loguércio, em entrevista a mesma autora, aponta que a região de Pelotas poderia ter sido melhor utilizada pela AP, pois a *“cidade oferecia uma série de possibilidades não verificadas”*³⁴.

Uma dessas “possibilidades não verificadas” é a existência de rotas ativas e muito utilizadas desde os tempos em que os pombos-correios de Brizola circulavam por essas bandas. Velhos contatos entre membros da JUC e setores exilados no pós Golpe que facilitavam o trânsito por essas fronteiras. Uma dessas rotas passa por Jaguarão e é mencionada pelo senhor Salamoni:

A gente tinha uma função aqui pela posição geográfica, [...]. O Voltan teve outras funções (...) teve que ir lá, encontrar o Brizola em Montevideú, para levar uns papéis (...) ele - o Sr. Voltan - passou em Jaguarão, um padre ajudou ele a passar em Jaguarão, ele disfarçado [...] Tínhamos gente lá do outro lado, isso já estava articulado, tu já encaminhava certo, já sabia onde ir lá do outro lado. Às vezes eles vinham já com o esquema montado, outras vezes a gente se encarregava de ter que montar o esquema aqui³⁵.

E nessas vezes quando se precisava montar o próprio esquema é que se fazia necessário acionar os velhos conhecidos. Questionamos nossos depoentes especificamente a respeito da rota que passava por Jaguarão, quais as condições que favoreceram o funcionamento da mesma, e se, assim como no caso dos Dominicanos, fora uma imposição de cima ou “artimanhas” de um povo de fronteira:

A.V- O caso foi o seguinte, o Brizola fugiu pra lá e tinha sempre gente de Porto Alegre que faziam, aí começaram [...] tinham contatos da JUC no Uruguai

32 Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

33 CARDOSO, 2010 apud. DIAS, op. cit., p.173.

34 DIAS, op. cit., p. 173.

35 SALAMONI, 2009, apud. SILVEIRA, op. cit., p. 2.

A.S- Mas na realidade havia uma rota antes de endurecer, já quando o Brizola foi pra lá [...] até porque facilitava era um dos poucos lugares que tu atravessavas a fronteira e tinha trem direto a Montevideú, que qualquer outro lugar, no Chuí tu não tinha esse trem, aqui não tinha outra passagem que te possibilitasse chegar na capital.

DGG- E tinha policiamento na ponte?

A.V- Às vezes tinha, então a gente tinha que saber com o pessoal de Jaguarão, ou então chega lá e ver, e olha não, não dá, volta!

A.S- A gente ia e tinha que voltar [...] ³⁶.

Embora a rota estivesse ativa há muito tempo, o fato de os militantes da AP não cruzarem sozinhos a fronteira, ou de não existirem simpatizantes disponíveis para a realização do trajeto, complicava o desenvolvimento do trabalho dos militantes de Pelotas, e implicava diretamente na segurança dos envolvidos, em um tempo de precárias comunicações. Diante desses empecilhos, contar com a solidariedade de “figuras autorizadas” por vezes foi vital:

A.S. Eu me lembro de um caso que o cara ficou lá na igreja, ficou uns dias lá com o padre, não me lembro qual o padre, [...] acho que foi o Caponi e depois teria atravessado com o Caponi [...] porque era quem podia ter confiabilidade de não estar fazendo aquilo que estava fazendo [risos] [...]

A.S- E o Caponi se manteve numa posição, ele sempre foi [...] outro cara que tava assim era o Pe. Claudio [inaudível] só que ele não tava ligado à zona de fronteira, ele às vezes protegia aqui [...] era professor da Universidade Católica.

DGG- E se vocês levassem, vocês mesmos atravessavam essa pessoa?

A.S- Sim, aí a gente atravessava o cara junto! Se não arriscava o horário e ele ia sozinho. Era mais garantido, [...] quando o Padre se dispunha a travessar, era uma boa! O que que nós dizíamos: “nós precisamos que esse cara atravesse, se não ele vai ser preso, se não ele vai pra cadeia, se não ele vai pra tortura!”

A.V- Ele era um padre que assumia!

A.S- Não fazia interrogatório... ³⁷.

Outro elemento de extrema importância levantado pelos depoentes foi que a atuação deles no âmbito das Travessias não se restringiu apenas à AP. Embora de maneira esporádica, seu conhecimento e seus contatos foram acionados para auxiliar outros militantes de esquerda que necessitassem deixar o país:

A.V- É, dependia das circunstâncias...

A.S- Então tu arriscavas, dependia de onde é que vinham, estava sendo perseguidos porque já tinham sido presos? [...] a maioria que vinha pra nós era da AP.

A.V- Vinham outros também...

36 Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

37 Idem.

A.S- Esporadicamente vinham outros caras, mas eram de grupos de esquerda, também [...] aí era tarefa para um e para outro... Quem é que pode levar? Tem que ir acompanhado? Tem! Vai de carro, não vai de carro? Vai de carro! Tem que arrumar um carro, porque a gente não tinha, ou vai arriscar ir de ônibus? Vai arriscar ir de ônibus! Então não vai junto, vai separado! Vai tu aqui e eu vou aqui...³⁸.

A importância estratégica da região de Pelotas enquanto segunda fronteira pode ser percebida ao longo da análise de diferentes fontes que compõem esse estudo. Nesse sentido podemos inferir, a partir da lógica de organização das rotas referentes à Operação Fronteira da AP, o quão importante é termos em mente a concepção de uma perspectiva de fronteira estendida para além da linha divisória entre os dois países, uma fronteira zona³⁹. Que por sua vez, denota, também, a importância da região sul do estado dentro dessa rede de conexões e solidariedades que se estende regionalmente, nacionalmente e transnacionalmente.

Considerações finais

Nesse estudo abordamos a curta trajetória da Operação Fronteira da Ação Popular. Organização de enfrentamento não armado à ditadura que no estado do Rio Grande do Sul valeu-se tanto da posição geográfica quanto dos hábitos culturais fronteiriços para desenvolver uma atividade de resistência singular, a organização de Travessias entre Brasil e Uruguai.

Destarte, como podemos observar a partir da experiência da AP, a complexidade do processo de Travessia, tanto para quem deixa o país quando para quem a ele regressa, não se encontra especificamente no momento de cruzar a fronteira. Pois para esse fim se faz necessário que todas as engrenagens que compõem esse processo trabalhem em conjunto.

Logo, podemos dizer que tal atividade de resistência se vale de práticas cotidianas presentes no universo cultural desse espaço e, assim, conecta um mosaico de diferentes escalas: Nacional/ regional/ internacional; eu/ outro/ nós; pois a fronteira em questão não pode ser observada apenas como um espaço físico que delimita dois polos, ela é sua gente, sua cultura, sua política que fazem com que os atores que nesse espaço residem moldem suas condutas de acordo com a permeabilidade dos limites simbólicos contidos nessas escalas. Logo, isso faz com que a ideia de saber passar a fronteira não seja uma categoria estanque, ela está para além das práticas de contrabando/ descaminho que são parte constitutiva da condição fronteiriça, pois tal habilidade é acionada e remodelada de acordo com as demandas de sua finalidade e do período em que ocorrem.

Assim, em tempos de crise quando essas fronteiras se converteram em verdadeiros alçapões para aqueles que necessitam fugir, contar com o planejamento

38 Ibidem.

39 SILVEIRA, op. cit; GONÇALVES, op. cit.

de uma organização, um setor de apoio ou apenas com a solidariedade de “gente comum” disposta a ajudar, fazia com que a Travessia se tornasse mais “simples”. Pois, conforme buscamos demonstrar ao longo dessas páginas, conhecer bem a região ou contar com o auxílio de quem a conhecesse garantia maior segurança para quem desejasse passar. Isso pode ser inferido a partir do exemplo exitoso da AP, onde nenhum dos articuladores da Operação Fronteira na região Sul foi descoberto pelo aparato repressivo ao desenvolver tal atividade.

Artigo recebido em 31.8.2023

Aprovado em 12.12.2022